



Craig L. Blomberg, Ph.D.

*Experience: Distinguished Professor of New Testament Studies
at Denver Seminary in Littleton, Colorado*

I. Introdução

Neste curso de graduação do Novo Testamento, vamos abordar quatro temas principais em seis unidades. Os principais tópicos incluem: o Novo Testamento como Escritura, o desenvolvimento do texto do Novo Testamento, as definições do Novo Testamento, e evidências arqueológicas. Nesta primeira unidade, vamos introduzir o Novo Testamento como Escrituras.

II. O Novo Testamento como Escritura

Ao pensar sobre a autoridade das escrituras, deve-se começar pelo fato de que a própria Escritura afirma ser uma mensagem de Deus. Muitos apelam às Escrituras não para buscar provas, mas para obter informações. Deus diz de Si: “Senhor Deus compassivo, clemente e longânimo e grande em misericórdia e fidelidade” (Êx 34:6); o prólogo do quarto evangelho diz que o Verbo é “cheio de graça e de verdade” (Jo 1:14). Graça é sinônimo de amor misericordioso, e verdade tem a ver com fidelidade. A definição é a mesma.

A. Explicação de graça

A essência da doutrina da graça é que Deus está ao nosso lado. E mais, Ele está conosco, mesmo que nós mesmos estejamos contra ele. Melhor ainda, Ele não está ao nosso lado apenas de forma abstrata, mas tem efetivamente agido em nosso favor. Graça se resume no nome de Jesus Cristo. Como Ele é Deus, então Ele é Deus conosco, para nosso benefício. Ele assume a responsabilidade pelo nosso passado, presente e futuro. Ele é a graça de Deus para conosco.

Ele, não sendo mais um inimigo, fica ao nosso lado contra os nossos verdadeiros inimigos, e isso é um fato: “Se Deus é por nós, quem será contra nós?” (Romanos 8:31). A graça deve ser reconhecida por aquilo que ela é, um dom gratuito, e ser aceita

com gratidão, humildade e alegria. Essa decisão humana, que envolve reconhecimento e aceitação, é a fé que corresponde à graça de Deus. “Porque pela graça sois salvos, mediante a fé” (Efésios 2:8).

B. Inspirado por Deus

A ideia teológica de inspiração pressupõe uma mente e uma vontade pessoal - segundo a terminologia hebraica, o “Deus vivo” - em ação para se comunicar com outros seres vivos. A crença cristã na inspiração firma-se tanto em afirmações bíblicas explícitas como sobre a forma que permeia todo o registro bíblico. Os cristãos acreditam que ambos os Testamentos são a Palavra de Deus inspirada.

A doutrina da inspiração não se sobrepõe à Escritura, mas é o que reivindica para si. Os críticos podem rejeitar essa reivindicação, mas não podem negar que ela tenha sido feita. Paulo assegura com confiança: “Toda a Escritura é inspirada por Deus”, em sua carta a Timóteo (2 Timóteo 3:16), e Pedro acrescenta: “Porque nunca jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana; entretanto, homens [santos] falaram da parte de Deus, movidos pelo Espírito Santo”(2 Pedro 1:21). O texto bíblico é, pois, mais do que apenas uma grande obra literária; é a própria Palavra de Deus.

III. Interpretando o Novo Testamento

O principal objetivo desta unidade, portanto, é ajudar você a se tornar um exegeta melhor, ou seja, um melhor ouvinte e estudante da Palavra de Deus. A fim de não perder o benefício de seu próprio estudo, procure utilizar outros materiais de estudo depois de ter feito o seu próprio trabalho, não antes. Estes são úteis especialmente para obtermos informações que não se pode extrair somente a partir da Bíblia; por exemplo, fatos adicionais sobre pessoas, lugares e eventos. E podem fornecer comentários úteis sobre passagens difíceis de entender.

A. Hermenêutica

Interpretar e compreender corretamente a Bíblia pode ser uma experiência árdua, muitas vezes desconcertante, mas por fim, gratificante. Decidir-se a começar com um estudo aprofundado da Bíblia pode parecer intimidante no início, mas o conhecimento da arte e da ciência da hermenêutica pode ser útil. O verbo

grego *hermeneuein* significa “explicar, interpretar ou traduzir”, enquanto o substantivo *hermeneia* significa “interpretação” ou “tradução”.

Usando a forma verbal, Lucas informa a seus leitores que Jesus “explicou” aos dois discípulos no caminho de Emaús o que a Bíblia Hebraica dizia a respeito dele (Lucas 24:27). A hermenêutica tenta nos ajudar a compreender o que a mensagem, em forma escrita, oral ou visual está tentando nos comunicar.

Se o objetivo da hermenêutica é a correta compreensão da comunicação, então precisamos aprender quais preceitos e métodos são adequados para isso. A hermenêutica apresenta várias regras e técnicas para a compreensão mais completa do texto bíblico. Para evitar uma interpretação arbitrária, errônea, ou que simplesmente satisfaça a um capricho pessoal, os leitores precisam estar cientes das regras ou princípios de orientação adequados para a interpretação bíblica.

Quando nós nos decidimos, de forma consciente, a descobrir e empregar tais princípios, estamos fazendo investigação hermenêutica. No entanto, ela é tanto uma ciência quanto uma arte. Existem regras, princípios, métodos e táticas associados com a interpretação bíblica, mas nenhum sistema mecânico de regras poderá ajudar uma pessoa a entender plenamente todas as implicações ou nuances de um texto dado; é aí que entra a arte da interpretação.

Questões relacionadas com a hermenêutica bíblica muitas vezes podem ser de difícil resposta, sendo que existem múltiplas maneiras de respondê-las. Mas de acordo com Gordon Fee e Douglas Stuart devemos estar de acordo sobre um aspecto da hermenêutica bíblica: “Um texto não pode ter um significado que nunca teve ou, para colocar isso de uma forma positiva, o verdadeiro significado do texto bíblico para nós é aquele que Deus originalmente tinha em mente quando o expressou pela primeira vez” (How to Read the Bible for All Its Worth, Grand Rapids: Zondervan Publishing House, 1982, p. 27). Em outras palavras, o intérprete deve sempre ter em mente que o texto em questão é mais do que uma obra literária: é a Palavra de Deus.

B. Exegese

A exegese é uma atividade normal em que todos nós nos envolvemos diariamente, mesmo que nunca a tenhamos chamado

por esse nome. Sempre que ouvimos uma declaração oral ou lemos algo escrito e procuramos entender o que foi expresso, estamos realizando uma exegese. O termo provém da palavra grega *exegeomai*, que significa, basicamente, “tirar para fora”. Quando aplicada a textos, denota a “extrair o significado”. O substantivo, portanto, pode referir-se a uma interpretação ou explicação. Assim, sempre que lemos um texto ou ouvimos uma declaração que buscamos compreender e interpretar, estamos aplicando a exegese.

O objetivo da exegese bíblica é chegar a uma interpretação informada do texto em consideração. O fato é que para qualquer texto existem várias nuances de significado e diferentes tipos de exegese podem apontar para esses diferentes aspectos. Por essa razão, o exegeta nunca deve esperar apresentar a exegese de uma passagem como se fosse a sua interpretação final. Ao invés disso, a pessoa faz a exegese de uma passagem em que é apresentada uma interpretação coerente e informada, com base na investigação desse texto em um determinado momento. A exegese não permite dominar o texto, mas nos capacita a ingressar nele.

C. Relação entre a Hermenêutica e a Exegese

De acordo com Walter C. Kaiser, em seu livro *Toward an Exegetical Theology*, a relação entre hermenêutica e exegese é a seguinte: “A hermenêutica procura descrever os princípios e normas gerais e especiais que são úteis na abordagem de um texto bíblico; a exegese procura identificar a verdade ou a intenção de frases individuais, orações e frases que constituem os pensamentos dos parágrafos, seções, e, por último, dos livros. Assim, a hermenêutica pode ser considerada como a teoria que orienta a exegese; e a exegese pode ser entendida como a prática e o conjunto de procedimentos para descobrir o significado que o autor (ou editor) desejou transmitir” (p. 47).

Em outras palavras, a hermenêutica e a exegese desenvolvem a mesma relação que as regras têm com um jogo. As regras são escritas com base na reflexão, análise e experiência. O jogo é praticado mediante a atualização concreta das regras. As regras não são o jogo, mas o jogo não tem sentido sem elas. A hermenêutica em si não é a exegese, mas a exegese é a hermenêutica aplicada.

IV. Interpretação bíblica

A interpretação é uma atividade em que o leitor ou o ouvinte procura obter os significados verbais para compartilhar o que um autor ou orador procuram transmitir por meio de signos linguísticos. Nem todos os significados que um autor tem em mente podem ser transmitidos pela linguagem. Como E. D. Hirsch afirmou: “O significado verbal de um autor está limitado pelas possibilidades linguísticas, mas é determinado por sua atuação e a especificação de algumas dessas possibilidades. Do mesmo modo, o significado verbal do intérprete é determinado por sua vontade, limitada por essas mesmas possibilidades” (Validity in Interpretation, New Haven Yale University Press, 1967, p. 47).

A possibilidade de que um intérprete possa conseguir entender o significado verbal de um autor é bastante reforçada pelas limitações de possíveis significados que as normas e convenções culturais impõem às palavras. Um símbolo linguístico pode ter um significado idêntico para duas pessoas, porque a gama de significados se encontra limitada pelas convenções.

É claro que as palavras muitas vezes têm vários significados, mas a associação de uma palavra com outras, em seu contexto, contribui muito para indicar o sentido inequívoco que o autor tinha em mente, num determinado ponto de sua redação. No entanto, o intérprete precisa sempre ter em mente que há um certo grau de especulação associada com o significado da comunicação que intenta deduzir. Na construção de um texto cujo autor não pode ser consultado, a pretensão da validade na sua interpretação nunca pode atingir mais do que um alto grau de probabilidade.

Contudo, quanto mais disposto o intérprete esteja em submeter a construção de um texto ao escrutínio de outras pessoas que também têm trabalhado muito para entendê-lo, maior será a probabilidade de alcançar um consenso sobre o significado do que seu autor quis transmitir. A maior dificuldade que se apresenta na interpretação dos textos é o famoso “círculo hermenêutico”, que se refere ao caminho que o pensamento toma quando tenta encontrar um significado.

Metodologicamente, esse processo refere-se ao procedimento que um intérprete adota, partindo das partes de uma frase para a sentença como um todo e, em seguida, literalmente, do todo de volta para as partes. Descritivamente, o círculo refere-se a essa profunda inter-relação que as palavras de uma frase têm com o parágrafo como um todo, e assim por diante para fora, para o trabalho como uma unidade, e, finalmente, se expandindo para

incluir todos os elementos relacionados com uma compreensão adequada do texto em questão; em suma, a inter-relação do texto com o contexto e vice-versa.

Com certeza, se todas as facetas de um texto forem igualmente capazes de se converter em evidência para apoiar diferentes formas de interpretar um texto, então o círculo hermenêutico nunca poderia ser rompido, e os intérpretes iriam perder seu tempo discutindo, qual visão estaria correta. Mas, como Hirsch aponta: "... nem todas as características dependem do gênero [...] e nem tudo na compreensão verbal é variável. Interpretar é difícil, mas não impossível." (Validity in Interpretation, New Haven: Yale University Press, 1967, p. 77).

Assim, a discussão com um colega sobre como um texto deve ser construído é indispensável, precisamente porque outra mente é capaz de nos fazer ver alguns desses traços relativamente raros e invariáveis em um texto, que caberão em apenas uma forma de interpretação. Portanto, existe grande probabilidade de que uma interpretação seja possível, embora não seja absolutamente certa, e isso faz com que a interpretação dos textos bíblicos mereça a busca do conhecimento, como em qualquer outro campo em que tudo o que se consegue atingir é uma probabilidade alta, mas não, uma certeza absoluta.

V. Metodologias críticas

No final desta unidade, vamos examinar as várias formas de abordar as questões e problemas que os estudantes modernos e intérpretes encontram na exegese do texto bíblico. A variedade de métodos a serem discutidos apenas atesta a riqueza e a diversidade dos documentos bíblicos, e esses métodos devem ser vistos como complementares. Não se deve pensar que com um só procedimento possa esgotar o significado de uma passagem, mas sim, que com esse método é possível lidar com uma faceta em particular da passagem.

Cada uma dessas abordagens é tratada como um tipo de crítica. A crítica, como um termo abrangente, incorpora uma série de técnicas utilizadas no estudo (entre outras coisas) de documentos escritos com o objetivo de estabelecer, na medida do possível, o seu texto original; as categorias literárias a que pertencem; o estilo; a autoria; a data; o propósito; e assim por diante. A crítica

bíblica abrange várias disciplinas críticas, nomeadamente a crítica textual, a crítica das fontes, a crítica da forma, a crítica de redação, a crítica histórica e a crítica canônica.

A. Crítica textual

Devido ao fato que os autógrafos bíblicos (cópias originais) foram todos perdidos, é importante avaliar cuidadosamente os manuscritos de que dispomos. Embora esse seja, em geral, o trabalho de especialistas, todos os crentes devem ter alguma familiaridade com a crítica textual. A função e o propósito da crítica textual é de natureza dupla: (1) reconstruir a redação original do texto bíblico, e (2) estabelecer a história da transmissão do texto através dos séculos. Ao longo do tempo, dois tipos de erros foram introduzidos no texto: involuntários e intencionais.

Os erros involuntários incluem: (1) erros de visão. O copista, por vezes, confundia as letras unciais similares. Homoteleuto é um erro em que o olho do escriba pula da primeira para a segunda ocorrência nas proximidades de uma palavra ou grupo de letras idêntica, omitindo, assim, todo o texto intermediário. Erros de visão também incluem a transposição de letras, produzindo uma palavra diferente. (2) Os erros de acento surgem por semelhanças de pronúncia. (3) Os erros da mente são o resultados de interpretações errôneas ou de esquecimento, que incluem mudanças na ordem das palavras e na sua substituição por sinônimos.

As mudanças intencionais abrangem: (1) As correções linguísticas ou retóricas que foram feitas, sem dúvida alguma, de boa-fé. (2) As correções históricas incluem alterações introduzidas para corrigir um erro de fato aparente. (3) Correções de harmonização incluem a assimilação aparentemente intencional de passagens paralelas (por exemplo, a assimilação do Pai-Nosso em muitos manuscritos de Lucas 11:2-4 da forma mais completa de Mateus 6:9-13). (4) As correções doutrinárias estão entre as mudanças deliberadas menos frequentes. (5) As correções litúrgicas podem ter sido introduzidas no texto por causa do uso de uma passagem na liturgia.

PAUSE (slide 28)

A crítica textual desenvolveu gradualmente certos princípios, que são baseados na comparação meticulosa de todas as evidências documentais disponíveis, tanto externas (o valor do manuscrito)

quanto internas (a probabilidade intrínseca). A evidência externa visa determinar qual leitura é apoiada pelas testemunhas mais confiáveis, pelos manuscritos ou por versões gregas e citações patrísticas. Muitas das testemunhas podem ser colocadas em um dos quatro grupos ou tipos de texto: alexandrino, de Cesareia, bizantino e ocidental. Ao examinar um grande número de variantes textuais, os estudiosos podem determinar a confiabilidade relativa desses tipos de texto.

1. O texto alexandrino tem seu nome derivado de um dos lugares geográficos que foi dado aos manuscritos do Novo Testamento, os quais compartilham as mesmas características textuais e que se pensa terem vindo de um ancestral comum, originário de Alexandria, no Egito. Também é chamado de “texto egípcio” ou, mais comumente e talvez, de preferência, “texto neutro”, assim chamado por F. J. A. Hort (1882) com base na teoria de que era um representante essencialmente puro de autógrafos do Novo Testamento. A principal testemunha do texto neutro é o manuscrito do quarto século, o Codex Vaticanus.
2. A teoria do texto de Cesareia como um tipo de texto diferente foi proposta por B. H. Streeter (1924). Baseia-se no conhecimento de que nas duas partes do seu comentário sobre João, Orígenes citou diversos manuscritos do Novo Testamento, o primeiro disponível enquanto ele estava em Alexandria; e o segundo, enquanto estava em Cesareia. Streeter deduz que tenha existido um texto diferente, que ele identificou com o Codex Koridethi e duas famílias de letras minúsculas (Famílias 1 e 13). Estudos recentes de crítica textual parecem indicar, no entanto, que não existem supostas testemunhas do tipo de texto de Cesareia suficientemente distintas dos dois principais tipos de texto, o alexandrino e o ocidental, para justificar uma designação individual.
3. O texto bizantino, ou de Antioquia, é um tipo encontrado em muitos dos manuscritos unciais mais recentes, quase todos os manuscritos

em minúsculas, e na maioria dos últimos pais da igreja e versões posteriores. Nele se formou a base do Textus Receptus e, portanto, da versão King James. Caracteriza-se por esclarecer as interpolações de harmonização e pela suavização geral do ditado.

4. O texto ocidental é mais um dos nomes de lugares geográficos dados aos manuscritos do Novo Testamento que apresentam características textuais semelhantes. Eles estão principalmente nos manuscritos bilíngues greco latinos, manuscritos latinos antigos, e citações dos padres latinos, todos associados com a Itália, Gália e África. O termo ocidental é preciso apenas em parte (uma vez que alguns antigos manuscritos siríacos e coptas mostram as mesmas características textuais) e é substituído por alguns estudiosos pela letra D, devido à sua testemunha mais importante, o Codex Bezae Cantabrigiensis.

O princípio básico da evidência interna é que a leitura a partir da qual é mais provável que as outras leituras sejam provenientes, provavelmente seja a leitura original. A seguir estão as formulações tradicionais, de acordo com Richard Soulen em seu *Handbok of Biblical Criticism*: (1) a leitura mais difícil é muitas vezes preferida, (2) é mais provável que a leitura tenha dado origem a outra, (3) a leitura mais curta é geralmente preferida, (4) a característica de leitura do autor é geralmente preferida (p. 195).

B. Crítica das fontes

A crítica das fontes pode ser alcançada mais facilmente quando um documento sobreviveu ao último trabalho que foi feito sobre ele. No Antigo Testamento, o exemplo mais óbvio pode ser encontrado em 1 e 2 Crônicas. Os livros de Samuel e Reis foram as principais fontes do cronista, e como eles sobreviveram, podemos fazer declarações bastante definitivas sobre o uso desses escritos.

No Novo Testamento, o evangelho de Marcos é geralmente reconhecido como tendo sido uma das principais fontes dos outros dois evangelhos sinóticos; e uma vez que a fonte sobrevive ao lado dos trabalhos que foram feitos com base nela, podemos, sem dificuldade, estudar o uso que Mateus e Lucas fizeram de Marcos.

Quando há tradições paralelas, os procedimentos para análise são: (1) observar a evidência interna dos próprios documentos (isto é, as áreas de sobreposição e os pontos distintos nas diferentes tradições), (2) observar qualquer evidência externa relevante (isto é, as declarações dos pais da Igreja sobre a redação dos evangelhos), e (3) propor e testar diferentes explicações possíveis para as provas de abrangência e simplicidade. É claro que, quando as fontes não sobreviveram, crítica das fontes torna-se uma tarefa muito mais especulativa.

C. Crítica da forma

A crítica da forma do Novo Testamento tem dois objetivos: (1) classificar os vários livros do Novo Testamento de acordo com seu gênero literário (do alemão *Gattungsgeschichte*), e (2) analisar as unidades menores de material tradicional, de acordo com o “tipo” ou “forma” que assumiram durante o período oral, pré-literário. A crítica da forma tem sido intensamente aplicada aos evangelhos a partir do início do século 20.

Os quatro passos mais ou menos tradicionais do método de crítica da forma foram convenientemente descritos por Gene M. Tucker: (1) Estrutura: análise do esquema, padrão ou esboço de um determinado gênero; sua abertura e fechamento (*inclusio*), padrões convencionais (por exemplo, paralelismo, quiasmo), etc. (2) Gênero: definição e descrição da unidade de acordo com seu tipo. (3) Contexto: determinação da situação social ou do idioma que deu origem ao gênero, a outras características do texto, ou para o texto individual em questão. (4) Intenção: declaração da finalidade e função, do ambiente e conteúdo, do gênero em geral e, especificamente, do exemplo em estudo (*Form Criticism of The Old Testament*, Philadelphia: Fortress Press, 1971).

D. Crítica da redação

Em que consiste a crítica da redação? O termo “redação” na crítica dos evangelhos descreve o trabalho editorial realizado pelos evangelistas com suas fontes, quando eles compuseram os evangelhos. Crítica de redação é o estudo das mudanças observáveis introduzidas pelos escritores do evangelho em relação ao material tradicional que eles receberam e utilizaram. Em exegese bíblica, a crítica de redação refere-se àquela fase de interpretação, cujo foco principal é a forma escrita final ou a composição de uma passagem.

Mais especificamente, refere-se à fase final da interpretação, por assim dizer, que foi cristalizada em forma de escrita, e pergunta o que o autor ou editor final pretendia dizer, através da passagem, na sua forma final. A crítica de redação pressupõe as análises e perspectivas da crítica textual e da crítica da forma.

O crítico de redação pergunta, por exemplo: por que Lucas altera a tradição de Marcos a respeito de João Batista visto como Elias (compare Mc 6:14-16 com Lc 9:7-9; Mc 6:17-29 e 9:9-13 não constam em Lucas)? Por que Lucas apresenta Satanás no início e no final do ministério de Jesus, e não no transcurso do mesmo (Lc 4:1-13; 22:03, mas compare Mc 8:31-33 com Lc 21-22)? Ao responder a essas perguntas e muitas outras semelhantes, os críticos de redação efetivamente têm devolvido os escritores sinóticos ao seu lugar de direito como teólogos da igreja primitiva. Eles eram, nas palavras de um erudito, os “primeiros exegetas” da tradição cristã, e não apenas os seus primeiros editores.

E. Crítica histórica

A crítica histórica é o estudo de qualquer narrativa que se propõe a transmitir informações históricas, a fim de determinar o que realmente aconteceu. A frase “o que realmente aconteceu” não é de forma alguma isenta de dificuldades de interpretação, mas uma visão de senso comum sobre isso será suficiente para nós na presente discussão.

O objetivo da crítica histórica é escrever uma narrativa cronológica dos acontecimentos pertinentes para revelar, na medida do possível, a natureza e a interligação dos próprios eventos. A crítica histórica dos documentos avança com base em dois pressupostos ou perspectivas relacionadas. Estes podem ser designados como os aspectos históricos internos e externos de um documento. Os aspectos históricos internos de um documento estão relacionados com as dimensões históricas e culturais descritas ou representadas nos textos. Os aspectos históricos externos de um documento estão relacionados com o contexto histórico, cultural e biográfico em que o documento foi produzido.

F. Crítica canônica

A crítica canônica determina se livros bíblicos são canônicos; isto é, quais são os escritos fidedignos das comunidades judaicas e cristãs. Ela também pressupõe que os compiladores desses livros foram guiados por convicções teológicas. Por isso, procura

encontrar o seu significado teológico, analisando sua forma canônica: o projeto editorial em sua forma presente.

Inicialmente, devido aos extensos escritos de Brevard Childs, professor de Yale, a crítica canônica procura ir além da crítica das fontes, da forma e da redação para interpretar os textos bíblicos em sua “forma canônica”, isto é, sua forma presente (Introduction to the Old Testament as Scripture, Philadelphia: Fortress Press, 1979). De acordo com Childs, essa forma final tem um significado especial, porque (1) por si mesma exhibe o histórico completo da revelação testemunhada pela Escritura; (2) a comunidade exerceu o seu juízo crítico sobre as tradições recebidas e modificou-as de acordo com isso; e (3), ao mostrar como os textos foram atualizadas pelas gerações que não estiveram presentes no evento original e na composição dos escritos, a forma canônica pode fornecer uma chave hermenêutica a respeito de como podemos atualizar o texto em nossos dias.

VI. Conclusão: análise e síntese

Pode-se dizer que a tarefa exegética é classificada em duas etapas muito bem definidas: a análise e a síntese. Quando o intérprete começa, a tarefa de exegese, de examinar diferentes aspectos da passagem, sejam eles textuais, históricos, ou o que seja, servirá como uma forma de fragmentar a passagem em suas partes componentes e nos problemas que compõem a passagem, e de examiná-las como unidades e temas diferentes. Essas tarefas analíticas independentes normalmente se sobrepõem, e cada uma informará a outra.

Na medida em que a análise é feita, a compreensão que o intérprete tem da passagem irá aumentar gradualmente e as bases para a síntese serão estabelecidas. Aqui, a síntese significa o processo pelo qual o intérprete “monta” o texto novamente. A tarefa é agora relacionar as investigações analíticas preliminares, comparando a importância de cada uma e decidindo qual delas contribuirá com a interpretação geral do texto em questão.